

DESTINO E LIVRE-ARBÍTRIO NA FILOSOFIA DE AGOSTINHO DE HIPONA: UMA LEITURA D'A CIDADE DE DEUS

André Luiz Pereira Spinieli*

Resumo

Agostinho foi inserido na história da filosofia como pensador, sacerdote e bispo responsável pela sistematização da doutrina cristã primitiva e pelo debate sobre suas controvérsias. Dentre os temas trabalhados no pensamento agostiniano, destaca-se a problemática que envolve a (possível) supressão do livre-arbítrio humano a partir da existência da presciência como atributo de Deus. Propomos neste artigo uma discussão acerca da compreensão do destino na filosofia de Agostinho, a partir de um recorte situado no Livro V da obra *A Cidade de Deus*.

Palavras-chave: Destino. Livre-arbítrio. Filosofia agostiniana. Patrística.

Introdução

Nascido em 354 na cidade de Tagaste, localizada no norte do continente africano, Agostinho de Hipona é reconhecidamente um dos pilares do processo contínuo de construção da cultura ocidental. Isso se deve majoritariamente ao fato de que suas contribuições não se limitaram às aspirações da filosofia da antiguidade tardia, mas exerceram notório impacto sobre os esforços em prol da consolidação da doutrina cristã em seus primeiros tempos de existência. A biografia agostiniana revela uma vida marcada por aproximações e rompimentos com seitas heréticas, inquietações sobre o ato de filosofar na fé e a busca ininterrupta por Deus.

As obras escritas por Agostinho revelam importantes questões que ainda padecem de respostas efetivas na contemporaneidade, embora diversas soluções tenham sido apresentadas ao longo da história. Exemplos desse fenômeno são encontrados em relação ao paradoxo do mal e a questão da graça – temas que vinculam os problemas da coexistência divina com o mal e a conciliação do livre-arbítrio divinamente concedido ao homem para a prática do bem e sua desvirtuação para o mal, respectivamente.

A partir desse panorama, este trabalho se volta à observação e solução da seguinte questão: como Agostinho concilia os problemas do livre-arbítrio e da predestinação divina no Livro V da obra *A Cidade de Deus*? O trabalho é dividido em três capítulos:

* Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP (Franca). Professor de Direitos Humanos na UNESP. Professor de Filosofia no Cursinho Popular Dr.^a Jurema Gomes Xavier (FDF – Franca). Bolsista CAPES/DS. E-mail: spinieliandre@gmail.com.

inicialmente, apresenta-se Agostinho enquanto filho a converter, filósofo em conversão e bispo de Hipona; em segundo lugar, a análise recai sobre as ideias de livre-arbítrio e graça na filosofia agostiniana; em terceiro lugar, abordam-se especificamente as propostas trazidas no livro da citada obra.

1. Vida e obra de Agostinho de Hipona

A história de Agostinho é de suma importância para a compreensão de sua filosofia, que constitui um dos pilares da civilização e da cultura ocidental. Redigida entre os anos 397 e 398 da Era Cristã, a obra *Confissões* (*Confessionum libri tredecim*) representa a primeira autobiografia do mundo ocidental e relata o longo processo de conversão de Agostinho à doutrina cristã, caminho que foi marcado por diversas problemáticas, sobretudo as aproximações aos ideais maniqueístas e a dificuldade em se livrar da concupiscência da carne (*carnis illecebra*). Em 354, Aurelius Augustinus nasce na cidade de Tagaste, situada na região norte do continente africano, em uma família de religiosidade mista: o pai Patrício era pagão e sem interesses religiosos, embora tenha se convertido em seus últimos instantes de vida; a mãe Mônica vinha de família cristã e permaneceu fiel à doutrina¹.

Ainda cedo, Agostinho encerrou seus estudos ordinários², continuados em nível de magistério na cidade de Cartago graças ao auxílio que seu pai recebe de um amigo de posses da família, Romaniano. Como estudou extensivamente os fundamentos da retórica, aos 19 anos leu o (perdido) diálogo *Hortensius*, de Cícero, o que lhe despertou interesse pela vida filosófica no mesmo nível que lhe afastou da leitura bíblica, oferecida incessantemente por Mônica. Durante sua adolescência, além de rejeitar a Bíblia – o que não significa que o filósofo não acreditou em Deus desde o princípio, já que o sentido religioso foi ministrado com o leite materno (*Conf.*, III, IV, 8) –, Agostinho também se envolveu em um romance que não havia possibilidade de terminar em casamento. Mesmo assim, foi inteiramente fiel à cartaginesa e teve com ela o filho Adeodato, que faleceu

¹ Mônica representa um modelo de mãe, sempre firme no propósito de educar o filho na doutrina cristã, o que lhe confere a dupla titulação de mãe da carne e mãe do espírito, ao ponto de a considerarmos uma peça fundamental no processo de conversão agostiniana. Agostinho a descreve como a serva dos servos de Deus (*Conf.*, IX, 9), em virtude de sua educação no temor divino, suas orações piedosas, sua vida como testemunho de santidade e a apropriação do dom da contemplação.

² A educação recebida por Agostinho corresponde ao currículo das artes liberais de sua época, consistentes no aprendizado da retórica, dialética, geometria, música e aritmética. Ainda sobre seus estudos, é importante citar que o pensador tinha relevantes dificuldades com a língua grega, de modo que lhe apetecia ler no idioma latino, capaz de enunciar toda uma cultura nascente no âmbito do Clero ocidental.

muito jovem, durante sua adolescência. Outros pontos relevantes de sua vida adolescente são o furto de peras no quintal do vizinho, pelo simples prazer de enfrentar o que era proibido ou pelo desejo de fazer o mal (*libido facti flagitia*), e a morte de seu pai, o que lhe trouxe de volta a Tagaste, onde fundou uma escola de retórica.

Passado algum tempo lecionando em Tagaste, Agostinho voltou a Cartago para ocupar o cargo de professor de retórica. Porém, desanimado de seguir esse caminho, por ter alunos pouco interessados ou que cursavam sua disciplina apenas por mando da família, o pensador decide se mudar para Roma, na esperança de encontrar alunos mais dedicados. Enquanto não pôde se mudar para Roma, ocupou-se do estudo da filosofia e conheceu a fundo a doutrina maniqueísta, objeto de encanto do jovem Agostinho por supostamente oferecer respostas satisfatórias aos problemas que enxergava na filosofia³. Agostinho lecionou por pouco tempo em Roma e logo se dirigiu a Milão, onde também ocupou o cargo de professor de retórica e teve contato com discípulos do neoplatônico Plotino, o que se tornou um fator de curiosidade filosófica e relevância no desenvolvimento do pensamento agostiniano.

No mesmo período, a mãe de Adeodato o deixou com o pai e voltou à África, fazendo com que a mãe de Agostinho insistisse para que ele buscasse outra mulher para se casar, a fim de que essa oportunidade fosse feita de acordo com as regras matrimoniais da Igreja. Ao chegar ao continente africano, a companheira de Agostinho realizou os votos de jamais se relacionar com outro homem, o que gera no filósofo algumas reflexões sobre seu árduo processo de conversão, principalmente ao dizer que "[...] eu, miserável, não imitei esta mulher! Não sarara ainda a chaga, aberta pelo corte da primeira mulher" (*Conf.*, VI, XV, 25). No entanto, o ponto central do período agostiniano em Milão foi certamente o contato que teve com as pregações cristãs de Ambrósio, bispo da cidade, o que lhe tocou profundamente e se revelou como a verdade, fazendo com que Agostinho se desvinculasse completamente do maniqueísmo, considerando-a uma heresia.

Aos 32 anos, tocado pelos ensinamentos do bispo Ambrósio e motivado pelas convicções filosóficas que formara a partir da relação com o neoplatonismo, Agostinho

³ Fundada por Mani, a doutrina maniqueísta se ocupava de busca uma solução para determinados problemas de caráter filosófico-teológico a partir de um fundamento dualista, de existência do bem e do mal. A relação de Agostinho com a seita maniqueísta foi marcada pelo frenesi que se instalou com o anúncio da chegada de Fausto à cidade – o mais sábio dos maniqueus. O pensador patrístico o encontrou e tudo não passou de decepções, já que o orador não soube oferecer qualquer resposta válida aos seus questionamentos. Porém, mesmo após se mudar para Roma, Agostinho manteve relações com a seita, ainda que sem qualquer esperança de acreditar em seus dizeres, fazendo-o somente por amizade.

se converte à doutrina cristã. O seu instante de conversão foi marcado por fatos curiosos: Agostinho ouviu a voz de uma criança que cantava um refrão com os termos *Tolle, lege!* (*Conf., VIII, XII, 29*). Queria saber de onde vinha aquele canto e prontamente enxergou um livro sobre a mesa. Tomou o livro em suas mãos e leu a primeira página que abriu, a qual trazia os seguintes dizeres, da epístola de Paulo aos Romanos: "Não caminheis em glotonarias e embriaguez; não nos prazeres impuros do leito e em leviandades, não em contendas e emulações, mas revesti-vos de Nosso Senhor Jesus Cristo e não cuideis da carne com demasiados desejos" (*Conf., VIII, XII, 29*). A leitura dessa passagem foi suficiente para que Agostinho saísse às pressas de sua casa e chorasse sob as árvores de seu jardim, certo de sua conversão, fazendo com que renunciasse ao cargo de professor (*sic transit gloria mundi!*) e deixasse os prazeres da posse e da carne, tão custosos à biografia agostiniana.

Em 387, Agostinho se batiza juntamente ao seu amigo Alípio e seu filho Adeodato, período em que sua mãe falece, causando consternações no filósofo, embora soubesse da felicidade da mãe em ter conquistado aquilo que desejava para o filho: o caminho da vida santa. Desolado, Agostinho volta a Tagaste e comercializa as propriedades de seu pai, utilizando-as para a construção de uma comunidade monástica, onde se recolheu para o exercício de sua vocação religiosa. Além do batismo, os fatos mais relevantes da biografia agostiniana pós-conversão são sua escolha como sacerdote e, ao completar 41 anos, sua promoção para bispo de Hipona, cargo eclesiástico em que permaneceu até o final de sua vida, tendo por princípios a defesa da doutrina cristã e o combate às heresias. Após o incêndio de Hipona promovido pelos vândalos, Agostinho adoece e falece no ano de 430, deixando uma vasta obra filosófica e um legado para a cultura e a civilização ocidental, tal como para a Igreja, como sistematizador da doutrina.

2. As questões da graça e do livre-arbítrio no pensamento agostiniano

A tardia conversão agostiniana à doutrina cristã e seu posicionamento histórico como filósofo, sacerdote e bispo foram instantes cruciais para a consolidação de uma rica biografia e um pensamento filosófico que transcende os tempos, elementos marcados, em grande parte, pelos questionamentos sobre os grandes problemas que envolviam a fé cristã. Em sua filosofia, uma das questões centrais diz respeito à tentativa de conciliação entre o *livre-arbítrio* e o *paradoxo do mal*, tema que é posto em destaque e discutido de forma aprofundada na obra *O livre-arbítrio*, em um debate que trava com o interlocutor

Evódio⁴. Esse problema introduzido por Agostinho em seus escritos é uma de suas principais inquietações, pois não compreendia como pode Deus existir e o mal fazer morada entre os homens. Se Deus possui conhecimento e poder sobre todas as coisas e não destrói o mal, não pode ser considerado benevolente. Se Deus possui poder ilimitado e benevolência e, ainda assim, não destrói o mal por não saber onde se encontra, não pode ser considerado onisciente.

Para discutir a questão, o filósofo de Hipona toma como ponto de partida a certeza lógica de que Deus não pode ser o criador do mal, uma vez que seria uma afirmação contrária às convicções da cristandade e, simultaneamente, aos postulados da lógica filosófica. Tendo como pano de fundo essas questões, Agostinho se insere no debate com Evódio a fim de tentar responder satisfatoriamente de onde provém o mal e qual o motivo d'ele atingir os homens. Como afirmamos anteriormente, o primeiro contato do filósofo com possíveis solucionadores de suas inquietações se deu na relação próxima que manteve com os maniqueus, os quais compartilhavam da ideia de que os domínios da luz e das trevas estão em constante conflito, o que torna o homem um misto de bem e mal, que não possui liberdade ou responsabilidade por seus atos. No entanto, a leitura de Plotino faz com que Agostinho se desperte para a compreensão de que o mal não é um ser em si, mas sim a deficiência e a privação do bem (*De Lib. Arb.*, III, 13).

O cânone do mal como privação do bem (*privatio boni*) constitui a solução fundamental encontrada no âmbito da filosofia agostiniana para o paradoxo do mal, posicionando-se de forma simétrica à proposta cristã, que compreende Deus como ente de suprema perfeição. Se as criaturas foram concebidas à imagem e semelhança de Deus, necessariamente são consideradas perfeitas e boas (*Gn. 1:31*), de modo que sua imperfeição, o que as diferencia do Criador, apenas pode ser percebida com base em comparações feitas em relação a Deus ou às outras criaturas, entre si, segundo uma hierarquização construída pela finitude dos seres. Ainda que Deus tenha feito tudo muito bom – e Agostinho considera aquele que pratica o mal como um ser de bondade (*De Lib. Arb.*, III, 13, 36b) –, por força da contingência e da finitude das criaturas, os homens estão sujeitos à corrupção moral e à proximidade com o mal (*Conf.*, VII, XII, 18), que não deve

⁴ Evódio é amigo de Agostinho. Anteriormente à sua conversão e batismo, que ocorreram pouco antes de Agostinho, Evódio seguiu a carreira militar. Ao tempo do falecimento de Mônica, o amigo esteve ao lado do enlutado filósofo e participou ativamente da primeira comunidade de monges em Tagaste, sagrando-se bispo de Upsala em 396.

ser compreendido na filosofia agostiniana como um problema metafísico, senão físico e moral.

E não há absolutamente mal algum para ti; não apenas para ti, mas tampouco para o universo que criaste, porque não há algo exterior que irrompa nele e corrompa a ordem que impuseste a ele. No entanto, entre suas partes há algumas que, por não se harmonizar com outras, são consideradas más; as mesmas, porém, se harmonizam e são boas com outras, e são boas em si. (*Conf., VII, XIII, 19*)

A resposta agostiniana para esse paradoxo resvala na ideia de que o mal não é um produto da criação divina, mas sim, e tão somente, uma desordem do universo ou a ausência de conhecimento por parte do homem, que remonta ao ato da criação, no qual Deus concedeu ao homem uma alma racional e dotada de livre-arbítrio, da capacidade de se direcionar pela via correta a fim de buscar a Deus e nele permanecer. Partindo-se da premissa de que o pecado original adâmico representa a origem de todas as máculas da natureza humana, Agostinho compreende que a única origem possível do mal está na concupiscência, que gera o abuso do livre-arbítrio e, por consequência, origina o mal moral (*De Lib. Arb., I, I, 1*). O mal moral representa o núcleo do agir humano, consiste na corrupção do livre-arbítrio e no mau uso da vontade enquanto poder concedido por Deus ao homem para que, por meio de suas ações, pudesse alcançá-lo e repousá-lo ao seu lado. O apego às coisas temporais afasta o homem do caminho divino, pois, por sermos peregrinos de Deus nessa vida, apenas nos cabe fruir das coisas eternas e utilizar as coisas temporais para atingi-las, na lógica *uti-frui*.

No campo da filosofia ou da teologia antropológica desenvolvida por Agostinho, a punição fundamental para o ato de subversão das ordens divinas praticado por Adão foi justamente a perda da graça enquanto a proteção e a certeza de que Deus o seguiria em seu percurso rumo à vida espiritual, fazendo com que a natureza humana se tornasse vulnerável ao mal e que carregasse em si, de forma inerente e em virtude da queda adâmica, o pecado original desde o nascimento (*De Lib. Arb., III, 19, 53*). A escrita sobre o pecado original em Agostinho nos permite ver que Deus faz nascer em nós a vontade de realização das virtudes por intermédio de sua graça, já que o livre-arbítrio concedido é incapaz de cumprir, por si só, seus desígnios. No pensamento agostiniano, a graça representa uma ação divina que retira o homem do caminho dos pecados (*De Pred. Sanct., II, 5*), permitindo que a razão, associada à vontade e à fé, sirva de guia para que o homem possa conhecer a ordem estabelecida por Deus neste universo e, por meio do livre-arbítrio, pautar suas ações segundo o bem.

Além das inquietudes quanto à origem e as motivações da existência do mal entre os homens, as raízes da filosofia agostiniana também penetraram no âmbito da problemática sobre a conciliação entre a graça e o livre-arbítrio, sobretudo diante da compreensão de que há uma razão de predestinação dos santos, que permite identificar e selecionar aqueles que serão ou não salvos pela graça divina. Desde o nascimento, é certo que todos os homens estão naturalmente condenados à perdição, haja vista a hereditariedade da natureza pecadora de Adão. No entanto, Agostinho compreende que Deus predestina aqueles que serão salvos na humanidade (*De Civ. Dei, XIV, 1*), possibilitando o entendimento segundo o qual há uma culpa natural na humanidade pela desobediência adâmica.

Essa questão encontrada nas obras de Agostinho nos encaminha para o último capítulo, que terá por foco justamente trabalhar a ideia de predestinação. Significa dizer que o homem é incapaz de tomar decisões virtuosas segundo sua própria natureza, dada a corrupção natural do livre-arbítrio e apenas agirá conforme a retidão se for agraciado por Deus. Disso parte a questão fundamental que atravessa este trabalho: se há uma lógica de predestinação, como conciliar a ideia de livre-arbítrio com o destino do homem sem que se recaia em um determinismo?

3. Discutindo predestinação e livre-arbítrio n'A Cidade de Deus

Uma das principais fontes de inspiração para o desenvolvimento do pensamento filosófico agostiniano foi o neoplatonismo de Plotino. Além de ter contato com seguidores dessa doutrina, que se desenvolveu na passagem do mundo antigo para o medievo, compreende-se ser pouco provável que Agostinho tenha lido à exaustão as obras propriamente platônicas. A leitura dos neoplatônicos apresentou ao filósofo de Hipona uma reformulação de determinadas teses levantadas por Platão, especialmente aquelas sobre a dualidade de realidades. Isso porque a nova doutrina defendia a existência de um plano que se situava para além dos mundos sensível e inteligível, no qual a ideia de *Uno* aparece como sustentação para todas as coisas existentes, inclusive para a ideia de intelecto (*Nous*) e alma. No entanto, para os fins deste trabalho importa-nos compreender que, dentre outras evidências históricas, é certo que a assimilação do neoplatonismo no pensamento de Agostinho se consolidou a partir da escrita da obra *De Civitate Dei*, que foi iniciada pelo bispo em 413 e finalizada em 426.

À semelhança de Platão e Plotino, Agostinho afirma nessa obra que a realidade de fato deve ser compreendida a partir de um dualismo, dividida em cidade terrena (o *mundo dos homens*) e cidade divina (o *mundo eterno* e espiritual). Enquanto o primeiro representa o mundo das corrupções morais, da calamidade dos homens e da existência moral do mal, motivo pelo qual coisas boas e más acontecem àqueles que são virtuosos ou não, o segundo plano representa aquele em que Deus se faz presente e que foi construído a partir da ascensão dos anjos bons, ao que Agostinho realiza um claro resgate dos escritos do livro bíblico do Gênesis. A ideia agostiniana no livro é justamente retratar a história humana como um conflito entre a cidade terrena e a cidade eterna, que está fadada à vitória, composta por seres que se dedicam às verdades eternas e Deus e que negam os prazeres dos homens. Para Agostinho, a história da humanidade nada mais é senão uma guerra de Deus contra o mal, que se dá pelas ações de um mundo em que Deus move governantes e movimentos, alinhando-os à Igreja Católica, a fim de se opor aos meios de corrupção empregados pela cidade dos homens⁵.

A base do discurso agostiniano n'A *Cidade de Deus* está associada às críticas que o bispo tece em relação à cidade de Roma enquanto materialização da ideia de cidade terrena. Ao tempo do escrito, o núcleo do império romano se encontrava desarticulado e devastado após o saque promovido pelos Visigodos – um povo considerado bárbaro. Ainda embebidos do paganismo e dos feitos de seus deuses, os romanos prontamente condenaram e responsabilizaram a doutrina cristã pelas recentes calamidades mundiais, uma vez que a expansão do Cristianismo teria suprimido a possibilidade de culto aos deuses pagãos. Agostinho toma conhecimento e rebate as críticas romanas afirmando que é dessa cidade em que surgem os inimigos dos quais a cidade de Deus deve ser protegida, por arderem em ódio e serem ingratos aos benefícios divinamente concedidos a esse povo. Um dos principais argumentos de Agostinho está contido na ideia de que os romanos foram salvos das mãos dos bárbaros justamente em seu refúgio nas catedrais (*De Civ. Dei, I, I*). Neste ponto inicial da obra, o bispo faz referências à questão do destino,

⁵ Agostinho apresenta a história da humanidade como um processo único, que decorre da vontade de Deus e do plano de salvação traçado para os homens. Para ele, é fundamental o conflito entre a crença e a descrença, de modo que os principais acontecimentos da história até seu tempo foram justamente o envio de Jesus em forma de homem à cidade terrena, para realizar um processo de separação entre os salvos e os condenados – aqueles que creem em Deus e aqueles que não creem, respectivamente – ao tempo do Juízo Final. Portanto, a cidade eterna é gloriosa e perfeita, de modo que a Igreja Católica representa o reflexo, ainda que imperfeito, dessa cidade entre os terrenos. Para Agostinho, Deus aperfeiçoa a Igreja Católica no mundo terreno e nela reúne aqueles chamados à salvação. Logo, fora da Igreja não há salvação (*extra Ecclesiam, nulla salus*).

afirmando que os romanos preferiram acreditar no destino ao invés de crerem na providência divina, que "costuma, com guerras, purificar e castigar os costumes corrompidos dos homens" (*De Civ. Dei, I, 1*).

Agostinho enxerga que o acúmulo dos males sofridos pelos romanos, que vão desde o saque à cidade até a corrupção moral dos homens, se deve ao culto de (falsos) deuses pagãos, que não tiveram a capacidade onipotente de libertar as vítimas de seus castigos (*De Civ. Dei, II, 3*). Da mesma forma, a longevidade do império se deve não aos deuses pagãos, mas sim ao Deus pensado pelos cristãos. Ainda no contexto de discussão sobre os problemas de crença que levaram os romanos ao abismo moral, no Livro V, Agostinho coloca em debate a questão do destino e sua conciliação com o livre-arbítrio e a presciência de Deus, tomando como ponto de partida a crença de que o destino constitui um inverossímil fundamento para atribuir a fonte de todo o poder e vitalidade do império. Na verdade, Agostinho considera que o destino pode ter duas formatações, a depender do sujeito que compreende seu conceito: embora ambas relacionadas à "força da posição dos astros", alguns a relacionam com o acaso e outros a Deus (*De Civ. Dei, V, 1*).

Nesse sentido, Agostinho julga que aqueles que entendem o destino como mera espécie de decisão do universo advinda da organização dos astros, como elemento completamente desprovido da ação de Deus, não devem sequer se pronunciar, sejam os devotos da verdadeira religião – o Cristianismo – ou de qualquer deus, ainda que falso (*De Civ. Dei, V, 1*). Da mesma forma, comete igual ofensa aos Céus aqueles que acreditam depender da vontade divina a posição das estrelas e demais astros que observam e aplaudem ou condenam as boas e más ações humanas. No entanto, Agostinho reconhece que estão mais próximos da correta compreensão outros que dão o nome de destino à sequência de causas que faz com que tudo seja o que de fato é. Entende o pensador patristico que não é necessário levantar debates por conta de uma palavra, ainda que essa concepção suprima a figura de Deus de sua gramática⁶, já que, em realidade, essa ordenação de todas as coisas está vinculada ao poder de um Deus que conhece todas as coisas antes que elas aconteçam e, por isso, nada deixa em desordem (*De Civ. Dei, V, 8*).

⁶ Nesse trecho d'A Cidade de Deus, Agostinho recupera versos de Homero que foram traduzidos do grego para o latim por Cícero, filósofo que admirava desde sua juventude, especialmente por força da leitura de *Hortensius*. Homero dizia que "são as mentes dos homens como a luz com que o próprio pai Júpiter quis iluminar a terra fecunda" (*De Civ. Dei, V, 8*), ao que Agostinho rebate dizendo que a doutrina do destino presente reconhece na figura do deus pagão Júpiter a ideia de Deus Supremo, de quem depende a ordenação de todas as coisas.

Na construção de um argumento a fim de refutar as posições dos estoicos, para os quais nem todas as coisas necessariamente acontecem, Agostinho enxerga um problema lógico: se a ordem das coisas está determinada, não há livre-arbítrio no homem, tampouco necessidade de recorrer às censuras e aos louvores ou mesmo haverá justiça como prêmio para os bons e condenações para os maus. A partir desse dilema, Agostinho verifica no pensamento de Cícero, filósofo estoico a quem teve vasta admiração na juventude, a negação da presciência do futuro por Deus, uma vez que encerra o problema na necessidade de escolher uma das duas opções entre o fato de nossa vontade existir e ter influência nas causas e consequências e a existência da presciência futura. Desse modo, se admitimos um, necessariamente negamos o outro (*De Civ. Dei*, V, 9).

É contra estas audácias ímpias e sacrílegas que nós afirmamos, não só que Deus conhece todos os acontecimentos antes que eles se verifiquem, mas também que fazemos voluntariamente tudo o que sabemos e temos consciência de que o fazemos apenas porque o queremos. Não dizemos que tudo acontece fatalmente; dizemos antes que nada acontece fatalmente; porque a palavra *fatal* ou *destino*, no sentido que é costume dar-se-lhe, isto é, designando a posição dos astros no momento em que cada um é concebido ou nasce, demonstramos que nada vale, porque é uma expressão sem sentido. (*De Civ. Dei*, V, 9)

Agostinho afirma que a ordem das coisas é certamente determinada pela presciência divina, que possui conhecimento sobre todas as coisas antes mesmo de acontecerem. Assim, se a ordem dos acontecimentos é pré-estabelecida, a ordem das causas também deve ser considerada dessa forma, já que nada pode ocorrer sem que seja precedido de uma causa eficiente. Logo, o fato de que a ordem das causas é determinada de antemão por Deus não torna possível concluir que nada depende do livre-arbítrio humano, cuja explicação se dá porque as vontades do homem dependem diretamente da ordem causal, que está contida na presciência de Deus. Diz Agostinho que as vontades representam as causas das ações humanas e, como a presciência de Deus desde muito previu as causas, consequentemente previu as próprias ações (*De Civ. Dei*, V, 9). As causas naturais e voluntárias jamais podem ser desvencilhadas da vontade e da presciência de Deus.

Como é possível que a ordenação das causas, de todas as coisas, esteja inserida na presciência divina e, ao mesmo, o livre-arbítrio humano exerça relevante papel na ordem das causas? Agostinho responde que seria inconcebível a existência de Deus sem que Ele também tivesse a presciência como um de seus atributos, pois "quem não tem a presciência de todos os acontecimentos futuros certamente que não é Deus" (*De Civ. Dei*, V, 9). Assim, até mesmo em relação às nossas vontades, apenas existirão na ordem das

causas aquelas que Deus quis e previu que pudessem existir, de modo que a vontade humana está limitada àquilo que foi previsto por Deus em sua presciência, da qual não se pode enganar. Todas as coisas que os homens suportam contra suas vontades não deve ser atribuído como obras dos livres-arbítrios de outros homens, mas somente à vontade e à presciência de Deus (*De Civ. Dei*, V, 10). Pode-se dizer que Agostinho recupera o problema da necessidade de conciliação entre o livre-arbítrio e o destino – a presciência divina – encontrando uma solução que não encaminha para a supressão de um em detrimento do outro, mas sim para a adoção da figura divina e das vontades, uma vez que todas as coisas foram previstas por Deus.

Considerações finais

O presente trabalho teve por finalidade apresentar uma breve análise sobre a proposta conciliatória feita por Agostinho entre a presciência divina (o destino) e o livre-arbítrio humano (a vontade). Embora consideremos complexo localizar nas obras agostinianas uma específica em que temas dessa natureza sejam tratados à exaustão, fato é que a obra *A Cidade de Deus* apresenta de maneira aprofundada a problemática em questão, especificamente em seu Livro V, no qual apresenta o tema e oferece uma solução plausível e contrária a um determinismo ditado pelas decisões de Deus.

Desse modo, pode-se concluir no sentido de que Agostinho observa com cautela a questão e os problemas sobre o destino na maneira com que colocaram os pensadores estoicos, especialmente Cícero, e fornece uma conciliação capaz de superar o dilema da supressão do livre-arbítrio em nome da presciência divina e vice-versa. A partir dessa terceira via encontrada por Agostinho frente a esse problema, percebe-se que o filósofo patristico considera que o destino existe enquanto previsão e ordenação de Deus sobre todas as coisas, o que inclui as vontades humanas. Ou seja, jamais devem ser considerados em vão as censuras ou louvores, assim como as recompensas para as boas ações e as reprimendas para os pecados, uma vez que Deus tudo previu.

Isso significa ser certo que Deus também previu que o homem pecaria. Porém, quando o pecado toma espaço, quem desobedece as leis divinas é unicamente o homem, porque Deus é considerado infalível por Agostinho e sabia que não seria o destino ou qualquer outra causa que faria o homem pecar, senão ele próprio. Independentemente de o homem utilizar seu livre-arbítrio para a realização do bem ou mesmo para o pecado, certamente Deus previu. Assim, o fato de existir uma presciência divina, uma ordenação

de todas as coisas segundo Deus e, acima de tudo, uma ideia de destino, não retira a liberdade, o livre-arbítrio e o livre exercício das vontades humanas.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Trad. J. Dias Pereira. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

AGOSTINHO, Santo. A predestinação dos santos. *In*: AGOSTINHO, Santo. **A graça (II)**. Trad. Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2000. (Patrística)

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. Lorenzo Mammì. 2. ed. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2017.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística)